



MEPGES
MESTRADO PROFISSIONAL EM
GESTÃO EM SAÚDE

MANUAL DE INTERVENÇÃO NO TABAGISMO PARA PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO BÁSICA



**SILVIA DE VASCONCELOS SILVA
PROFA. DRA. CORA FRANKLINA CARMO
FURTADO.**

**FORTALEZA
2025**

SUMÁRIO

- 02 INTRODUÇÃO
- 03 LEIS E DECRETOS
- 04 TABAGISMO E APS
- 06 FLUXOS E FLUXOGRAMA
- 08 FLUXOGRAMA

GRUPO TABAGISMO

DIGA NÃO, **PARE AGORA!**



INTRODUÇÃO



O DESENVOLVIMENTO DESTES MANUAIS FOI MOTIVADO PELA MINHA VIVÊNCIA PROFISSIONAL. SOU GRADUADA EM ENFERMAGEM PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ E ATUO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS) COMO ENFERMEIRA DESDE 2008, POSSUINDO ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EM SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA E SAÚDE PÚBLICA. COM ESSE OLHAR ESPECIALIZADO PARA A ATENÇÃO BÁSICA, IDENTIFIQUEI, NO MEU COTIDIANO, A DIFICULDADE QUE A EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA ENFRENTA PARA INSERIR ATIVIDADES COLETIVAS E INDIVIDUAIS VOLTADAS AO COMBATE AO TABAGISMO.

PERCEBI, AINDA, A NECESSIDADE DE UM OLHAR MAIS SENSÍVEL FRENTE À POLÍTICA NACIONAL DE COMBATE AO TABAGISMO (PNCT), QUE NORMATIZA E PRECONIZA O TRATAMENTO. ASSIM, SENTI A IMPORTÂNCIA DE DESENVOLVER UMA FERRAMENTA EDUCACIONAL DESTINADA A PROFISSIONAIS DE DIFERENTES ESPECIALIDADES, FUNCIONANDO COMO UM GUIA PRÁTICO DE ORIENTAÇÃO. ESTE MANUAL FOI CONSTRUÍDO COM O OBJETIVO DE QUALIFICAR O ATENDIMENTO PRESTADO, BENEFICIANDO TANTO OS PROFISSIONAIS QUANTO OS PACIENTES, OFERECENDO ESTRATÉGIAS E DIRETRIZES CLARAS PARA A INTERVENÇÃO EFICAZ CONTRA O TABAGISMO NA ATENÇÃO BÁSICA.

O tabagismo é reconhecido mundialmente como um dos principais fatores de risco para diversas doenças crônicas, incluindo doenças cardiovasculares, respiratórias e câncer. Na atenção básica à saúde, os profissionais desempenham papel fundamental na promoção de hábitos saudáveis e na prevenção de doenças, sendo estratégicos na identificação de fumantes e na implementação de intervenções eficazes para a cessação do tabagismo. A construção de um manual específico para esses profissionais surge da necessidade de padronizar condutas, fornecer orientações práticas e embasadas em evidências científicas, além de fortalecer a capacidade de atuação da equipe multiprofissional na promoção da saúde.

Este manual apresenta diretrizes e estratégias de intervenção que visam orientar os profissionais de saúde da atenção básica na abordagem do tabagismo, oferecendo ferramentas de apoio ao aconselhamento, monitoramento e acompanhamento dos pacientes. Ao disponibilizar informações claras e práticas, busca-se contribuir para a redução do consumo de tabaco, promovendo saúde e qualidade de vida à população atendida.

LEIS E DECRETOS

NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS), O CONTROLE DO TABAGISMO É UMA AÇÃO ESTRATÉGICA E CONTÍNUA, ORIENTADA PELAS LEGISLAÇÕES E DECRETOS VIGENTES. A LEI Nº 9.294/1996 E SEUS DECRETOS REGULAMENTADORES (DECRETO Nº 2.018/1996 E DECRETO Nº 8.262/2014) GARANTEM QUE OS AMBIENTES DE SAÚDE SEJAM LIVRES DE FUMO, PROTEGENDO PROFISSIONAIS E PACIENTES DA EXPOSIÇÃO À FUMAÇA DO TABACO. NAS UNIDADES DE APS, ISSO SIGNIFICA MANTER CONSULTÓRIOS, SALAS DE ESPERA, AUDITÓRIOS E DEMAIS ÁREAS COLETIVAS LIVRES DO TABAGISMO, PROMOVENDO UM AMBIENTE SAUDÁVEL.

1. Lei nº 9.294/1996 – Lei

Antifumo

Esta lei estabelece restrições ao uso de produtos fumígenos em ambientes coletivos, públicos ou privados. Proíbe o consumo de cigarros, charutos, cachimbos e outros produtos derivados do tabaco em recintos fechados, salvo em áreas destinadas exclusivamente a esse fim, devidamente isoladas e com ventilação adequada. A lei também impõe restrições à propaganda e à exposição de produtos de tabaco.

2. Decreto nº 2.018/1996

Este decreto regulamenta a Lei nº 9.294/1996, estabelecendo normas para a proibição do tabagismo em recintos coletivos e a exposição de produtos de tabaco nos pontos de venda. O decreto define os critérios para ambientes fechados de uso coletivo e as condições para áreas destinadas ao fumo, visando proteger a saúde pública.

3. Decreto nº 8.262/2014

Este decreto altera o Decreto nº 2.018/1996, ampliando as restrições ao tabagismo em ambientes fechados de uso coletivo e estabelecendo novas regras para a exposição de produtos de tabaco nos pontos de venda. Visa fortalecer as medidas de proteção à saúde da população, alinhando-se às diretrizes da Política Nacional de Controle do Tabaco.

4. Decreto nº 5.658/2006

Este decreto promulga a Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco, adotada pelos países membros da Organização Mundial da Saúde em 2003. A Convenção estabelece medidas para a redução da demanda e da oferta de produtos de tabaco, incluindo a proteção contra a exposição à fumaça do tabaco, a regulamentação do conteúdo dos produtos e a proibição da propaganda, promoção e patrocínio do tabaco.

5. Política Nacional de Controle do Tabaco (PNCT)

A PNCT é uma política pública intersetorial que visa reduzir a prevalência de fumantes e a morbimortalidade relacionada ao consumo de produtos derivados do tabaco no Brasil. A política articula ações educativas, de comunicação, de atenção à saúde e medidas legislativas e econômicas para prevenir a iniciação do tabagismo, promover a cessação de fumar e proteger a população da exposição à fumaça ambiental do tabaco.

TABAGISMO E APS

A Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha papel central na prevenção, promoção da saúde e combate ao tabagismo, sendo a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS). Na APS, todos os usuários devem ser avaliados quanto ao uso de tabaco, permitindo a identificação precoce de fumantes e a oferta de estratégias de intervenção adequadas. Entre essas estratégias estão o aconselhamento breve, a orientação sobre os riscos do tabagismo, o encaminhamento para programas especializados de cessação, a oferta de terapia farmacológica quando indicada e a realização de ações educativas e preventivas na comunidade.

A APS atua dentro de um quadro legal que inclui a Lei Federal nº 9.294/1996, que restringe o fumo em locais fechados e proíbe a publicidade de produtos de tabaco, a Portaria MS/GM nº 1.262/2013, que institui o Programa Nacional de Controle do Tabagismo, e o Decreto nº 8.262/2014, que regulamenta a política nacional de controle do tabagismo, além das diretrizes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde.

A atuação na APS envolve uma equipe multiprofissional composta por médicos de família e comunidade, enfermeiros, dentistas, psicólogos e agentes comunitários de saúde, que realizam desde o acolhimento e a avaliação da dependência até o acompanhamento contínuo, reforçando a motivação para a cessação e oferecendo suporte em consultas subsequentes.

TABAGISMO E APS

O manejo do tabagismo na APS envolve diferentes estratégias, como o aconselhamento breve, que consiste em orientações rápidas, mas eficazes, sobre os riscos do tabaco e os benefícios da cessação. Além disso, os profissionais de saúde podem orientar os pacientes sobre programas de apoio especializados, grupos de cessação e terapias farmacológicas, como adesivos, gomas de nicotina ou medicamentos específicos, quando indicados. A APS também desempenha papel essencial na educação em saúde, promovendo campanhas, palestras, distribuição de materiais informativos e ações comunitárias voltadas à prevenção do tabagismo, especialmente entre crianças, adolescentes e grupos vulneráveis.

Além do atendimento individual, a APS desempenha papel importante na promoção de ambientes livres do tabaco, na conscientização da população sobre os riscos do fumo passivo e na articulação com escolas, empresas e comunidades para ações de prevenção. Assim, a APS não atua apenas no tratamento do tabagismo, mas também na prevenção primária e na redução de fatores de risco populacionais, contribuindo de forma significativa para a melhoria da saúde coletiva.

Dessa forma, a integração das ações de prevenção, educação, acompanhamento e regulamentação legal torna a APS um espaço estratégico e eficiente no enfrentamento do tabagismo, promovendo saúde, prevenindo doenças e incentivando a construção de hábitos saudáveis na população.

FLUXOS E FLUXOGRAMA

Na Atenção Primária à Saúde (APS), o enfrentamento do tabagismo envolve um fluxo de atendimento estruturado, protocolos clínicos padronizados e a atuação integrada de uma equipe multiprofissional, com o apoio dos sistemas do SUS. O processo inicia-se com o acolhimento do paciente, geralmente realizado pelo profissional de enfermagem ou agente comunitário de saúde, que identifica o uso de tabaco por meio de perguntas direcionadas no momento da consulta ou durante visitas domiciliares. Essa etapa pode incluir o registro do hábito de fumar em sistemas informatizados como o e-SUS AB, permitindo acompanhamento longitudinal e registro padronizado das informações.

Após a identificação do fumante, realiza-se a avaliação da dependência e motivação para cessação, etapa conduzida pelo médico de família, enfermeiro ou psicólogo, utilizando instrumentos padronizados, como a Escala de Fagerström, que quantifica o grau de dependência à nicotina. Com base nessa avaliação, define-se o plano de intervenção individualizado, seguindo protocolos do Ministério da Saúde, que recomendam estratégias de aconselhamento breve, educação em saúde, orientação sobre grupos de apoio e terapia farmacológica quando indicada.

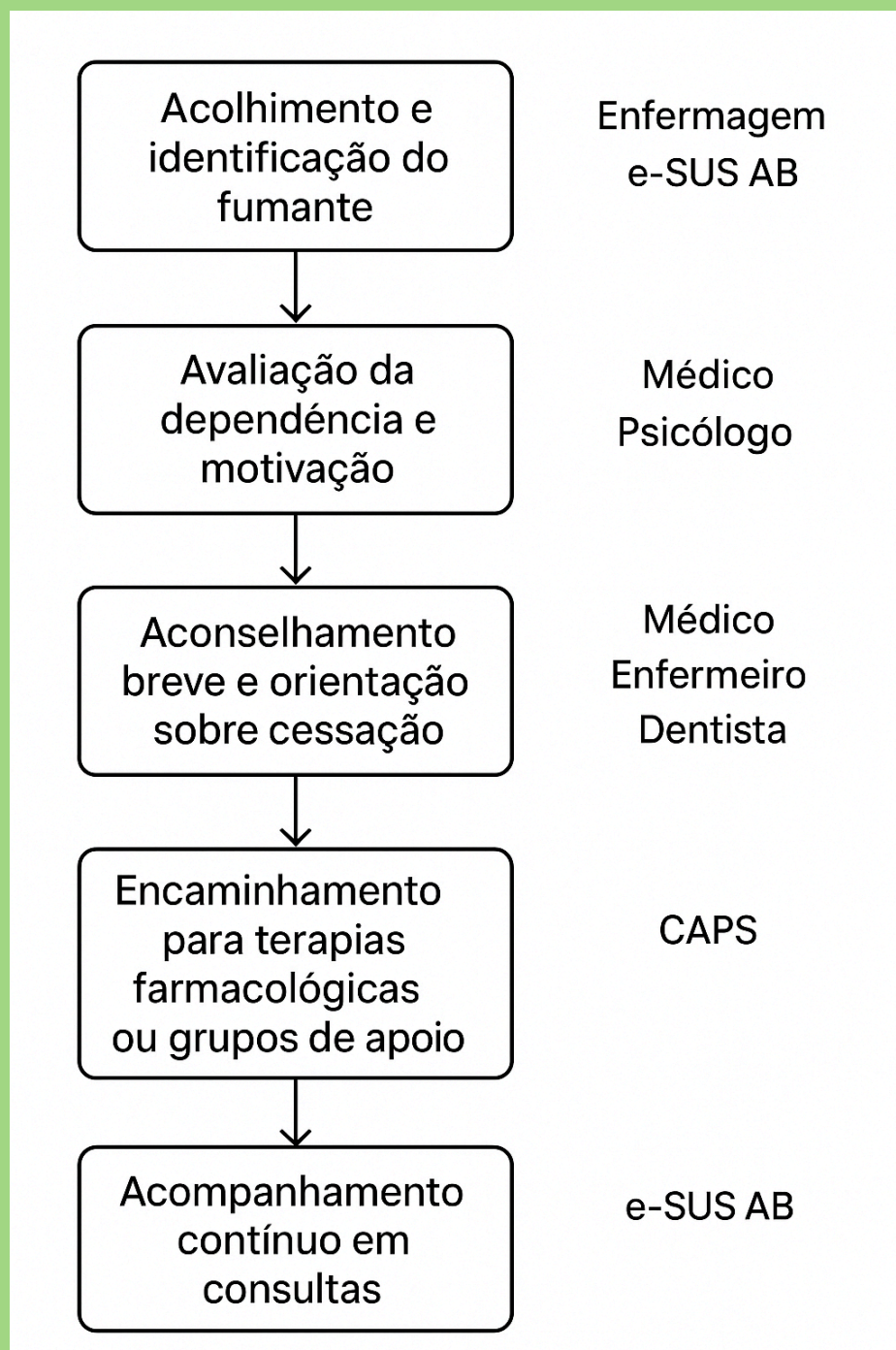
FLUXOS E FLUXOGRAMA

Em cada etapa, a APS atua de forma integrada com outros profissionais: os enfermeiros realizam triagem, aconselhamento e monitoramento; os médicos de família prescrevem terapias farmacológicas e acompanham a evolução clínica; os dentistas orientam sobre saúde bucal e os efeitos do tabaco; os psicólogos oferecem apoio comportamental e técnicas de modificação de hábitos; e os agentes comunitários de saúde realizam educação em saúde na comunidade, visitas domiciliares e incentivam a adesão aos programas de cessação. Além disso, a APS articula-se com políticas públicas e programas de prevenção, seguindo as diretrizes do Programa Nacional de Controle do Tabagismo e das legislações vigentes, como a Lei nº 9.294/1996 e o Decreto nº 8.262/2014.

O fluxo prático de atendimento na APS pode ser exemplificado da seguinte forma: acolhimento e identificação do fumante → avaliação da dependência e motivação → aconselhamento breve e orientação sobre cessação → encaminhamento para terapias farmacológicas ou grupos de apoio, se necessário → acompanhamento contínuo em consultas subsequentes → registro e monitoramento no e-SUS AB, garantindo rastreabilidade e integração com as demais unidades de saúde. Esse fluxo demonstra como a APS atua de maneira coordenada, utilizando protocolos clínicos e sistemas do SUS para promover a saúde, prevenir doenças relacionadas ao tabagismo e oferecer suporte efetivo à população.

Dessa forma, a integração do atendimento individual, protocolos padronizados, atuação multiprofissional e sistemas de informação do SUS torna a APS um espaço estratégico e eficaz no combate ao tabagismo, promovendo hábitos saudáveis e contribuindo para a redução da morbimortalidade associada ao consumo de tabaco.

FLUXOGRAMA



REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Guia de tratamento do tabagismo. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_tratamento_tabagismo_2ed.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_basica_2017.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Relatório sobre a Epidemia Global de Tabaco 2021: recursos para políticas de cessação. Genebra: OMS, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240032095>. Acesso em: 20 out. 2025.
- SILVA, A. L.; PEREIRA, A. P.; COSTA, M. C. Intervenções em saúde para cessação do tabagismo na atenção primária: revisão integrativa. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 23, p. e200012, 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para o tratamento do tabagismo. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2018/novembro/05/Protocolo-Tabagismo.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.
- FAGERSTRÖM, K.; BRUNNER, M. J. Assessment of tobacco dependence: a guide for health professionals. European Respiratory Review, v. 30, n. 158, 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica: Tabagismo. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/tabagismo_caderno_atencao_basica.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.
- WHO TOBACCO FREE INITIATIVE. WHO Report on the Global Tobacco Epidemic 2023: monitoring tobacco use and prevention policies. Geneva: World Health Organization, 2023. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240070237>. Acesso em: 20 out. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de orientação para capacitação de profissionais de saúde na abordagem do tabagismo. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: https://www.saude.gov.br/images/pdf/2016/marco/07/manual_tabagismo.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.
- SANTOS, R. F.; OLIVEIRA, T. C.; MOURA, E. C. Eficácia do aconselhamento breve na atenção primária à saúde para abandono do tabagismo: revisão sistemática. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, n. 2, p. e00123419, 2020.